



IMPOSTO ÚNICO DE CIRCULAÇÃO



**CÓDIGO DO IMPOSTO
ÚNICO DE CIRCULAÇÃO**

Última atualização: Decreto-Lei n.º 161/2026, de 4 de
agosto-produção de efeitos a 1 de janeiro de 2027

Código do Imposto Único de Circulação

CÓDIGO DO IMPOSTO ÚNICO DE CIRCULAÇÃO	9
CAPÍTULO I PRINCÍPIOS E REGRAS GERAIS	9
<i>Artigo 1º Princípio da equivalência.....</i>	<i>9</i>
<i>Artigo 2º Incidência objectiva.....</i>	<i>9</i>
<i>Artigo 3º Incidência subjectiva</i>	<i>10</i>
<i>Artigo 4º Incidência temporal.....</i>	<i>10</i>
<i>Artigo 5º Isenções</i>	<i>10</i>
<i>Artigo 6º Facto gerador e exigibilidade</i>	<i>12</i>
<i>Artigo 7º Base tributável.....</i>	<i>13</i>
<i>Artigo 8º Taxas - regras gerais.....</i>	<i>14</i>
<i>Artigo 9º Taxas - categoria A</i>	<i>14</i>
<i>Artigo 10º Taxas - categoria B</i>	<i>15</i>
<i>Artigo 11º Taxas - categoria C</i>	<i>16</i>
<i>Artigo 12º Taxas - categoria D</i>	<i>17</i>
<i>Artigo 13º Taxas - categoria E</i>	<i>19</i>
<i>Artigo 14º Taxas - categoria F</i>	<i>19</i>
<i>Artigo 15º Taxas - categoria G</i>	<i>19</i>
CAPÍTULO II LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO	20
<i>Artigo 16º Liquidação.....</i>	<i>20</i>
<i>Artigo 17º Prazo para liquidação e pagamento.....</i>	<i>21</i>
<i>Artigo 17º-A Efeitos fiscais da regularização da propriedade</i>	<i>22</i>
<i>Artigo 18º Liquidação oficiosa</i>	<i>22</i>
<i>Artigo 18º-A Revisão oficiosa da liquidação</i>	<i>22</i>
CAPÍTULO III OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS, FISCALIZAÇÃO E REGIME CONTRA-ORDENACIONAL	23
<i>Artigo 19º Obrigações específicas dos locadores de veículos</i>	<i>23</i>
<i>Artigo 20º Competência para a fiscalização.....</i>	<i>23</i>
<i>Artigo 21º Falta de entrega da prestação tributária</i>	<i>23</i>
<i>Artigo 22º Apreensão e imobilização do veículo</i>	<i>23</i>
<i>Artigo 23º Pagamento imediato do imposto</i>	<i>24</i>
<i>Artigo 24º Cancelamento da matrícula.....</i>	<i>24</i>
CAPÍTULO IV GARANTIAS.....	25
<i>Artigo 25º Garantias.....</i>	<i>25</i>

Código do Imposto Único de Circulação

Lei nº 22-A/2007, de 29 de Junho

Procede à reforma global da tributação automóvel, aprovando o Código do Imposto sobre Veículos e o Código do Imposto Único de Circulação e abolindo, em simultâneo, o imposto automóvel, o imposto municipal sobre veículos, o imposto de circulação e o imposto de camionagem

A Assembleia da República decreta, nos termos da alínea c) do artigo 161º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1º Objecto

1 - É aprovado o Código do Imposto sobre Veículos (ISV) publicado no anexo I à presente lei e que dela faz parte integrante

2 - É aprovado o Código do Imposto Único de Circulação (IUC) publicado no anexo II à presente lei e que dela faz parte integrante

Artigo 2º Competência para a administração dos impostos

1 - A competência relativa à administração do imposto sobre veículos, abreviadamente designado por ISV, e do imposto único de circulação, abreviadamente designado por IUC, cabe à Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo e à Direcção-Geral dos Impostos, respectivamente

2 - As entidades que, por força das competências referidas no número anterior e dos regimes jurídicos constantes da presente lei, realizam tratamento ou interconexão de dados estão obrigadas a dar cumprimento às disposições legais e regulamentares em matéria de protecção de dados pessoais

Artigo 3º Titularidade da receita do IUC

1 - É da titularidade do município de residência do sujeito passivo ou equiparado a receita gerada pelo IUC incidente sobre os veículos da categoria F e G, bem como a componente relativa à cilindrada incidente sobre os veículos da categoria E e 70 % da componente relativa à cilindrada incidente sobre os veículos da categoria A e B, salvo se essa receita for incidente sobre veículos objeto de aluguer de longa duração ou de locação operacional, caso em que deve ser afeta ao município de residência do respetivo utilizador, (Redação da Lei n.º 82/2023, de 29 de dezembro)

2 - Nas situações a que se refere a parte final do número anterior, em que não seja possível identificar o município de residência do utilizador dos veículos, a receita assim apurada é repartida pelos municípios na mesma proporção da repartição da receita total

3 - A receita gerada pela componente do IUC relativa ao nível de emissão de dióxido de carbono incidente sobre os veículos da categoria A, B e E, bem como 30 % da componente relativa à cilindrada incidente sobre os veículos da categoria A e B, é da titularidade: (Redação da Lei n.º 82/2023, de 29 de dezembro)

Código do Imposto Único de Circulação

- a) Do Estado, quanto aos veículos que circulem no território do continente;
- b) Das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, quanto aos veículos que circulem nos respectivos territórios

4 - É ainda da titularidade do Estado a receita gerada pelo IUC incidente sobre os veículos das categorias C e D, com excepção da respeitante a veículos destas categorias que circulem nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, sendo da titularidade destas a receita de IUC gerada nos respectivos territórios

Artigo 3º-A **Obrigações específicas dos locadores de veículos** (Aditado pela Lei 2/2020, de 31 de março)

Para efeitos do disposto na parte final do n.º 1 do artigo 3.º, as entidades que procedam à locação operacional ou ao aluguer de longa duração de veículos ficam obrigadas a fornecer à Autoridade Tributária e Aduaneira os dados relativos à identificação fiscal dos utilizadores dos veículos locados, no prazo e nas condições a regulamentar por portaria dos membros do Governo responsáveis pela área das finanças e pela área da modernização do Estado e da Administração Pública.

Artigo 4º **Regime de salvaguarda da receita dos municípios**

1 - A receita do imposto único de circulação e do imposto municipal sobre veículos a atribuir globalmente aos municípios em 2007, nos termos do artigo anterior, não é inferior ao valor correspondente à receita do imposto municipal sobre veículos atribuída em 2006, actualizada de 2,1%

2 - Para cumprimento do disposto no número anterior, pode ser transferida uma parcela da receita gerada pelo imposto único de circulação que é da titularidade do Estado, relativa ao nível de emissões de dióxido de carbono e incidente sobre os veículos da categoria B

Artigo 5º **Sistemas de informação**

A Direcção-Geral dos Impostos, a Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo e a Direcção-Geral de Informática e Apoio aos Serviços Tributários e Aduaneiros celebram protocolos com o Instituto dos Registos e Notariado, I P, o Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, I P, o Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I P, o Instituto Nacional de Aviação Civil, I P, e com as forças da autoridade, designadamente com a Polícia de Segurança Pública e a Guarda Nacional Republicana, com vista à troca de informação necessária à liquidação e fiscalização do ISV e do IUC

Artigo 6º **Alteração à Lei das Finanças Locais**

O artigo 10º da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro, passa a ter a seguinte Redacção:

«Artigo 10º

□

a) O produto da cobrança dos impostos a cuja receita têm direito, designadamente o imposto municipal sobre imóveis (IMI) e o imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis (IMT) e o imposto municipal sobre veículos (IMV), sem prejuízo do disposto na alínea

Código do Imposto Único de Circulação

a) do artigo 17º da presente lei, bem como a parcela do produto do imposto único de circulação que lhes caiba nos termos da lei;

- b)
- c)
- d)
- e)
- f)
- g)
- h)
- i)
- j)
- l)
- m) »

Artigo 7º

Alteração ao Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado

Os artigos 13º e 15º do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, aprovado pelo Decreto-Lei nº 394-B/84, de 26 de Dezembro, passam a ter a seguinte Redação:

«Artigo 13º

□

1 -

- a)
- b)
- c)
- d)
- e)
- f)
- g)
- h)
- i)

j) As importações de triciclos, cadeiras de rodas, com ou sem motor, automóveis ligeiros de passageiros ou mistos para uso próprio das pessoas com deficiência, de acordo com os condicionalismos previstos no Código do Imposto sobre Veículos, devendo o benefício ser requerido nos termos estabelecidos naquele código;

- l)
- m)
- n)
- o)
- 2 -
- 3 -
- 4 -
- 5 -
- 6 -
- 7 -
- 8 -

Artigo 15º

□

Código do Imposto Único de Circulação

- 1 -
- 2 -
- 3 -
- 4 -
- 5 -
- 6 -
- 7 -

8 - São também isentas de imposto as transmissões de triciclos, cadeiras de rodas, com ou sem motor, automóveis ligeiros de passageiros ou mistos para uso próprio de pessoas com deficiência, de acordo com os condicionalismos previstos no Código do Imposto sobre Veículos, devendo o benefício ser requerido nos termos estabelecidos naquele código

9 - Se os proprietários dos veículos adquiridos com a isenção conferida pelo número anterior ou importados com isenção ao abrigo da alínea j) do nº 1 do artigo 13º pretenderem proceder à sua alienação antes de decorridos cinco anos sobre a data de aquisição ou de importação, devem pagar, junto das entidades competentes para a cobrança do imposto sobre veículos, o imposto sobre o valor acrescentado correspondente ao preço de venda, que não pode ser inferior ao que resulta da aplicação ao preço do veículo novo à data de venda, com exclusão do IVA, das percentagens referidas no nº 2 do artigo 3º-A do Decreto-Lei nº 143/86, de 16 de Junho

10 - »

Artigo 8º **Alteração ao Regime Geral das Infracções Tributárias**

Os artigos 73º e 109º do Regime Geral das Infracções Tributárias, aprovado pela Lei nº 15/2001, de 5 de Junho, passam a ter a seguinte Redação:

«Artigo 73º

□

- 1 -
- 2 -
- 3 -
- 4 -
- 5 -
- 6 -
- 7 -

8 - Autuadas as infracções previstas no presente diploma em matéria de imposto sobre os veículos e de imposto único de circulação, há lugar à apreensão ou imobilização imediata do veículo, bem como à apreensão dos documentos que titulem a respectiva circulação, até ao cumprimento das obrigações tributárias em falta

Artigo 109º

□

- 1 -
- 2 -
- 3 - A mesma coima é aplicável a quem:

a) Introduzir no consumo, utilizar ou manter a posse de veículos tributáveis sem o cumprimento das obrigações prescritas por lei;

Código do Imposto Único de Circulação

b) Utilizar veículo tributável com documentos inválidos ou fora das condições prescritas por lei ou pela Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo ou violar o prazo de apresentação à alfândega de veículos tributáveis que se destinem a ser introduzidos no consumo ou a permanecer temporariamente em território nacional;

c) Utilizar veículo tributável em violação de condicionalismos ou ónus que acompanhem o reconhecimento de benefício fiscal, designadamente em matéria de alienação, aluguer, cedência a terceiros ou identificação exterior do veículo;

d) Transformar ou utilizar veículo tributável transformado, mudar o chassis ou alterar o motor, desde que tais operações impliquem a sujeição a imposto ou a taxa de imposto mais elevada;

e) Obter benefício ou vantagem fiscal em veículos tributáveis por meio de falsas declarações ou por qualquer outro meio fraudulento

4 - (Anterior nº 3)

5 - (Anterior nº 4)

6 - (Anterior nº 5)»

Artigo 9º

Revogação de disposições do Regime Geral das Infracções Tributárias

É revogado o nº 4 do artigo 108º do Regime Geral das Infracções Tributárias, aprovado pela Lei nº 15/2001, de 5 de Junho

Artigo 10º

Regime transitório do ISV

1 - Em derrogação do disposto no nº 1 do artigo 4º do Código do ISV, publicado no anexo I à presente lei, e a título transitório, a base tributável do imposto incidente sobre as autocaravanas, sobre os automóveis ligeiros de mercadorias e sobre os automóveis ligeiros de utilização mista previstos no artigo 9º do referido código é exclusivamente constituída pela cilindrada

2 - A partir de 1 de Janeiro de 2009, a base tributável do imposto incidente sobre a generalidade dos automóveis ligeiros de mercadorias e dos automóveis ligeiros de utilização mista é constituída, além da cilindrada, pelos respectivos níveis de emissão de dióxido de carbono, passando estes veículos a ser tributados por referência às taxas de imposto que figuram na tabela A do Código do ISV, publicado no anexo I à presente lei, sem prejuízo da redução que lhes seja aplicável

3 - Até ao final do ano de 2008, o Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, I P, deve implementar os mecanismos necessários à recolha e tratamento da informação relativa aos níveis de emissão de dióxido de carbono da totalidade dos automóveis sujeitos ao ISV

Artigo 11º

Impostos abolidos

Código do Imposto Único de Circulação

1 - A partir da entrada em vigor da presente lei considera-se abolido o imposto automóvel

2 - O imposto municipal sobre veículos, o imposto de circulação e o imposto de camionagem são abolidos em 1 de Janeiro de 2008, mantendo-se a aplicação do respectivo regime legal durante o ano de 2007 em relação a todos os veículos tributáveis, com excepção dos veículos da categoria B matriculados ou registados a partir da entrada em vigor da presente lei

3 - As referências ao imposto automóvel e ao imposto sobre a venda de veículos automóveis feitas pela legislação em vigor devem entender-se, após a data da sua abolição, como sendo feitas ao imposto sobre veículos

4 - As referências ao imposto municipal sobre veículos e aos impostos de circulação e de camionagem feitas pela legislação em vigor devem entender-se, após a data da sua abolição, como sendo feitas às categorias do imposto único de circulação que lhes sejam correspondentes, tendo em atenção as características dos veículos tributáveis

Artigo 12º Autorização de cobrança de impostos

A partir da entrada em vigor da presente lei e durante o ano de 2007, o Governo é autorizado a cobrar o imposto sobre os veículos e o imposto único de circulação constantes do Código do ISV e do Código do IUC, anexos à presente lei

Artigo 13º Legislação revogada

1 - Com a entrada em vigor da presente lei, são revogados:

- a) A Lei nº 36/91, de 27 de Julho;
- b) O Decreto-Lei nº 371/85, de 19 de Setembro;
- c) O Decreto-Lei nº 471/88, de 22 de Dezembro, com excepção do disposto na alínea c) do artigo 2º, que se mantém em vigor até 31 de Dezembro de 2007;
- d) O Decreto-Lei nº 103-A/90, de 22 de Março;
- e) O Decreto-Lei nº 27/93, de 12 de Fevereiro;
- f) O Decreto-Lei nº 35/93, de 13 de Fevereiro, com excepção do disposto na alínea b) do nº 1 do artigo 3º, que se mantém em vigor até 31 de Dezembro de 2007;
- g) O Decreto-Lei nº 40/93, de 18 de Fevereiro;
- h) O Decreto-Lei nº 56/93, de 1 de Março, com excepção do disposto no nº 4 do artigo 2º, que se mantém em vigor até 31 de Dezembro de 2007;
- i) O Decreto-Lei nº 264/93, de 30 de Julho, com excepção do disposto na alínea b) do nº 1 do artigo 13º e no artigo 14º, que se mantém em vigor até 31 de Dezembro de 2007

2 - São revogados a partir de 1 de Janeiro de 2008:

- a) O Decreto-Lei nº 143/78, de 12 de Junho;
- b) O Decreto-Lei nº 116/94, de 3 de Maio

3 - Consideram-se extintos e inaplicáveis ao ISV e ao IUC todos os benefícios fiscais relativos aos impostos abolidos nos termos da presente lei que não sejam mantidos nos códigos aprovados pela presente lei, com excepção dos benefícios previstos pelo Decreto-Lei nº 43/76,

Código do Imposto Único de Circulação

de 20 de Janeiro, pelo artigo 3º da Lei nº 36/91, de 27 de Julho, pelo Decreto-Lei nº 292-A/2000, de 15 de Novembro, e pela alínea f) do nº 1 do artigo 10º da Lei nº 19/2003, de 20 de Junho

4 - Os benefícios de carácter duradouro relativos ao imposto automóvel que tenham sido reconhecidos ao abrigo da legislação ora revogada mantêm-se em vigor até ao decurso do respectivo prazo, nos termos e condições em que foram reconhecidos e com manutenção dos ónus que lhes sejam inerentes

Artigo 14º Entrada em vigor

1 - A presente lei entra em vigor em 1 de Julho de 2007

2 - O disposto no Código do IUC aprovado pela presente lei é aplicável:

a) A partir de 1 de Julho de 2007, no que respeita aos veículos da categoria B matriculados a partir dessa mesma data;

b) A partir de 1 de Janeiro de 2008, aos restantes veículos

Aprovada em 24 de Maio de 2007

O Presidente da Assembleia da República, em exercício, Guilherme Silva

Promulgada em 28 de Junho de 2007

Publique-se

O Presidente da República, Aníbal Cavaco Silva

Referendada em 28 de Junho de 2007

O Primeiro-Ministro, José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa

Código do Imposto Único de Circulação

(a que se refere o n.º 2 do artigo 1.º da Lei nº 22-A/2007, de 29 de Junho)

Capítulo I Princípios e regras gerais

Artigo 1º Princípio da equivalência

O imposto único de circulação obedece ao princípio da equivalência, procurando onerar os contribuintes na medida do custo ambiental e viário que estes provocam, em concretização de uma regra geral de igualdade tributária

Artigo 2º Incidência objectiva

1 - O imposto único de circulação incide sobre os veículos das categorias seguintes, matriculados ou registados em Portugal:

a) Categoria A: Automóveis ligeiros de passageiros e automóveis ligeiros de utilização mista com peso bruto não superior a 2 500 kg que tenham sido matriculados, pela primeira vez, no território nacional ou num Estado-Membro da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu, desde 1981 até à data da entrada em vigor do presente código; (*)

(Redação da Lei n.º 119/2019, de 18 de setembro)

b) Categoria B: Automóveis de passageiros referidos nas alíneas a) e d) do n.º 1 do artigo 2.º do Código do Imposto sobre Veículos e automóveis ligeiros de utilização mista com peso bruto não superior a 2 500 kg, cuja data da primeira matrícula, no território nacional ou num Estado-Membro da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu, seja posterior à da entrada em vigor do presente código;(*) (Redação da Lei n.º 119/2019, de 18 de setembro)

c) Categoria C: Automóveis de mercadorias e automóveis de utilização mista com peso bruto superior a 2500 kg, que se destinem ao serviço de transporte particular de mercadorias, ao transporte por conta própria, ou ao aluguer sem condutor que possua essas finalidades; (Redação da Lei n.º 82/2023, de 29 de dezembro, que produz efeitos a 1 de janeiro de 2023)

d) Categoria D: Automóveis de mercadorias e automóveis de utilização mista com peso bruto superior a 2500 kg, que se destinem ao serviço de transporte público de mercadorias, ao transporte por conta de outrem, ou ao aluguer sem condutor que possua essas finalidades; (Redação da Lei n.º 82/2023, de 29 de dezembro, que produz efeitos a 1 de janeiro de 2023)

e) Categoria E: motociclos, ciclomotores, triciclos e quadriciclos, tal como estes veículos são definidos pelo Código da Estrada, matriculados desde 1992; (Redação da Lei nº 67-A/2007, de 31 de dezembro)

f) Categoria F: Embarcações de recreio de uso particular com potência motriz igual ou superior a 20 kW, registados desde 1986;

g) Categoria G: Aeronaves de uso particular

Código do Imposto Único de Circulação

2 - O imposto único de circulação incide ainda sobre os veículos referidos no número anterior que, não sendo sujeitos a matrícula em Portugal, aqui permaneçam por um período superior a 183 dias, seguidos ou interpolados, em cada ano civil, com exceção dos veículos de mercadorias de peso bruto igual ou superior a 12 toneladas (Redação da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro)

3 - Presumem-se afectos ao transporte particular de mercadorias ou ao transporte por conta própria os veículos relativamente aos quais se não comprove a afectação ao transporte público de mercadorias ou ao transporte por conta de outrem (Anterior n.º 2 - Redação da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro)

4 - Nos casos de veículos das categorias F e G, entende-se por uso particular o uso de uma embarcação ou de uma aeronave pelo seu proprietário ou por uma pessoa singular ou colectiva que a utilize, mediante aluguer ou a outro título, para fins não comerciais, designadamente para fins que não sejam o transporte de pessoas, de mercadorias ou a prestação de serviços, a título oneroso ou no interesse das autoridades públicas (Aditado pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril) (Anterior n.º 3 - Redação da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro)

Nota: (*) Produz efeito a 1 de janeiro de 2020, nos termos da al. b) do n.º 2 do art.º 26.º da Lei n.º 119/2019 de 18/09

Artigo 3º **Incidência subjectiva**

1 - São sujeitos passivos do imposto as pessoas singulares ou coletivas, de direito público ou privado, em nome das quais se encontre registada a propriedade dos veículos (Redação do Decreto-Lei n.º 41/2016, de 01 de agosto)

2 - São equiparados a sujeitos passivos os locatários financeiros, os adquirentes com reserva de propriedade, bem como outros titulares de direitos de opção de compra por força do contrato de locação (Redação do Decreto-Lei n.º 41/2016, de 01 de agosto)

3 - É ainda equiparada a sujeito passivo a herança indivisa, representada pelo cabeça de casal (Redação da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro)

Artigo 4º **Incidência temporal**

1 - O imposto único de circulação é de periodicidade anual, sendo devido por inteiro em cada ano a que respeita

2 - O período de tributação corresponde ao ano civil, com exceção do ano da matrícula ou registo do veículo em território nacional, em que aquele período se inicia na data da matrícula ou registo e termina a 31 de dezembro do respetivo ano. (Redação do Decreto-Lei n.º 161/2026, de 4 de agosto) - (produção de efeitos a partir de 1 de janeiro de 2027, nos termos do art.º 7.º do Decreto-Lei n.º 161/2026, de 4 de agosto)

3 - O imposto é devido até ao cancelamento da matrícula ou registo em virtude de abate efetuado nos termos da lei (Redação da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro)

Artigo 5º **Isenções**

1 - Estão isentos de imposto os seguintes veículos:

Código do Imposto Único de Circulação

a) Veículos da administração central, regional, local e das forças militares e de segurança, bem como os veículos adquiridos pelas associações humanitárias de bombeiros ou câmaras municipais para o cumprimento das missões de proteção, socorro, assistência, apoio e combate a incêndios, atribuídas aos seus corpos de bombeiros; (Redação da Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril)

b) Automóveis e motociclos da propriedade de Estados estrangeiros, de missões diplomáticas e consulares, de organizações internacionais e de agências europeias especializadas, bem como dos respectivos funcionários, quando o seu reconhecimento seja obrigatório em virtude de instrumento de direito internacional;

c) Automóveis e motociclos que, tendo mais de 30 anos e constituindo peças de museus públicos, só ocasionalmente sejam objeto de uso e não efetuem deslocações anuais superiores a 500 quilómetros; (Redação da Lei n.º 2/2020, de 31 de março)

d) Veículos das categorias A, C, D e E que, tendo mais de 30 anos e sendo considerados de interesse histórico pelas entidades competentes, só ocasionalmente sejam objeto de uso e não efetuem deslocações anuais superiores a 500 quilómetros; (Aditado pela Lei n.º 2/2020, de 31 de março)

e) Veículos não motorizados, exclusivamente elétricos ou movidos a energias renováveis não combustíveis, veículos especiais de mercadorias sem capacidade de transporte, ambulâncias e veículos dedicados ao transporte de doentes nos termos da regulamentação aplicável, veículos funerários e tratores agrícolas; (Anterior alínea d) - Redação da Lei n.º 2/2020, de 31 de março)

f) Veículos da categoria B que possuam um nível de emissão de CO2 NEDC até 180 g/km ou um nível de emissão de CO2 WLTP até 205 g/km e veículos da categoria A, que se destinem ao serviço de aluguer com condutor (letra 'T') ou ao transporte em táxi; (Redação da Lei n.º 2/2020, de 31 de março)

g) Veículos apreendidos no âmbito de um processo-crime, enquanto durar a apreensão; (Anterior alínea f) - Redação da Lei n.º 2/2020, de 31 de março)

h) Veículos considerados abandonados, nos termos do Código da Estrada, a partir do momento em que sejam adquiridos por ocupação pelo Estado ou pelas autarquias locais, bem como navios considerados abandonados que integrem o património do Estado nos termos do Decreto-Lei n.º 202/98, de 10 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 64/2005, de 15 de março; (Anterior alínea g) - Redação da Lei n.º 2/2020, de 31 de março)

i) Veículos declarados perdidos a favor do Estado; (Anterior alínea h) - Redação da Lei n.º 2/2020, de 31 de março)

j) Veículos utilizados pelas equipas de sapadores florestais que integrem o Sistema de Defesa da Floresta contra Incêndios (Anterior alínea i) - Redação da Lei n.º 2/2020, de 31 de março)

2 - Estão ainda isentos de imposto, os seguintes sujeitos passivos:

a) Pessoas com deficiência cujo grau de incapacidade seja igual ou superior a 60 %, em relação a veículos da categoria B que possuam um nível de emissão de CO2 NEDC até 180 g/km ou um nível de emissão de CO2 WLTP até 205 g/km ou a veículos das categorias A e E, e nas condições previstas nos n.os 5 e 6; (Redação da Lei n.º 2/2020, de 31 de março)

b) Instituições particulares de solidariedade social, nas condições previstas no n.º 7 (Redação da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro)

3 - A isenção a que se refere a alínea b) do n.º 1 é reconhecida mediante despacho do Director-Geral dos Impostos sobre pedido acompanhado por declaração do Ministério dos Negócios Estrangeiros que comprove os pressupostos da isenção

Código do Imposto Único de Circulação

4 - [Revogado.] (Redação do Decreto-Lei n.º 161/2026, de 4 de agosto)-(produção de efeitos a partir de 1 de janeiro de 2027, nos termos do art.º 7.º do Decreto-Lei n.º 161/2026, de 4 de agosto)

5 - A isenção prevista na alínea a) do n.º 2 só pode ser usufruída por cada beneficiário em relação a um veículo em cada ano, não podendo ultrapassar o montante anual de 240 €.(Redação do Decreto-Lei n.º 161/2026, de 4 de agosto)-(produção de efeitos a partir de 1 de janeiro de 2027, nos termos do art.º 7.º do Decreto-Lei n.º 161/2026, de 4 de agosto)

6 - [Revogado.] (Redação do Decreto-Lei n.º 161/2026, de 4 de agosto)- (produção de efeitos a partir de 1 de janeiro de 2027, nos termos do art.º 7.º do Decreto-Lei n.º 161/2026, de 4 de agosto)

7 - A isenção prevista na alínea b) do n.º 2 é reconhecida no serviço de finanças da área da sede da entidade interessada mediante entrega de requerimento devidamente documentado (Redação da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro)

8(*) - Estão isentos de 50% do imposto os seguintes veículos:

a) Os veículos da categoria D, quando autorizados ou licenciados para o transporte de grandes objectos (Revogada pela Lei n.º 21/2021, de 20 de abril, produzindo efeitos a partir de 1 de julho de 2021);

b) Os veículos das categorias C e D que efectuem transporte exclusivamente na área territorial de uma região autónoma

c) Os veículos de categoria C, com peso bruto superior a 3500 kg, em relação aos quais os sujeitos passivos do imposto exerçam a título principal a atividade de diversão itinerante ou das artes do espetáculo, e desde que os veículos se encontrem exclusivamente afetos a essa atividade;(Redação da Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro)

(* anterior n.º 7 - Redação da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro)

9 - Estão isentos os veículos que, embora permaneçam em território nacional por um período superior a 183 dias, se encontrem matriculados em série normal de outro Estado membro e preencham os requisitos exigíveis para beneficiar do regime de admissão temporária previsto no artigo 34º do Código do Imposto sobre Veículos para missões, estágios, estudos e trabalho transfronteiriço (Redação da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro)

10 - Quando o período de tributação não corresponda ao ano civil nos termos do n.º 2 do artigo 4.º, aplica-se uma isenção na proporção do número de meses completos decorridos desde 1 de janeiro até à data da matrícula ou registo. (Redação do Decreto-Lei n.º 161/2026, de 4 de agosto)- (produção de efeitos a partir de 1 de janeiro de 2027, nos termos do art.º 7.º do Decreto-Lei n.º 161/2026, de 4 de agosto)

Artigo 6º Facto gerador e exigibilidade

1 - O facto gerador do imposto é constituído pela propriedade do veículo, tal como atestada pela matrícula ou registo em território nacional

2 - É ainda considerado facto gerador do imposto a permanência em território nacional por período superior a 183 dias, seguidos ou interpolados, em cada ano civil, de veículos não sujeitos

Código do Imposto Único de Circulação

a matrícula em Portugal e que não sejam veículos de mercadorias de peso bruto igual ou superior a 12 toneladas (Redação da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro)

3 - O imposto considera-se exigível no primeiro dia do período de tributação referido no nº 2 do artigo 4º

4 - Sem prejuízo do referido nos números anteriores, quando seja acoplado motor ou aumentada a potência motriz dos veículos da categoria F, o imposto é devido e torna-se exigível nos 30 dias seguintes à alteração (Aditado pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro)

Artigo 7º **Base tributável**

1 - O imposto único de circulação possui natureza específica, sendo a sua base tributável constituída pelos seguintes elementos:

a) Quanto aos veículos das categorias A, a cilindrada, a voltagem, a antiguidade da matrícula e o combustível;

b) Quanto aos veículos da categoria B, a cilindrada e o nível de emissão de dióxido de carbono (CO₂) relativo ao ciclo combinado de ensaios resultante dos testes realizados ao abrigo do 'Novo Ciclo de Condução Europeu Normalizado' (New European Driving Cycle - NEDC) ou ao abrigo do 'Procedimento Global de Testes Harmonizados de Veículos Ligeiros' (Worldwide Harmonized Light Vehicle Test Procedure - WLTP), consoante o sistema de testes a que o veículo foi sujeito para efeitos da sua homologação técnica, ou, quando este elemento não integre o certificado de conformidade, as emissões que resultam de medição efetiva realizada em centro técnico legalmente autorizado nos termos previstos para o cálculo do imposto sobre veículos; (Redação da Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro)

c) Quanto aos veículos das categorias C e D, o peso bruto, o número de eixos, o tipo de suspensão dos eixos motores e antiguidade da primeira matrícula do veículo motor;

d) Quanto aos veículos da categoria E, a cilindrada e a antiguidade da matrícula; (Redação da Lei n.º 67-A/2007, de 31 de dezembro)

e) Quanto aos veículos da categoria F, a potência motriz, tal como constante do respectivo livrete;

f) Quanto aos veículos da categoria G, o peso máximo autorizado à descolagem, tal como constante do certificado de aero-navegabilidade

g) (Revogado.) (Redação da Lei n.º 119/2019, de 18 de setembro)

2 - Na determinação da base tributável do imposto incidente sobre os veículos das categorias C e D, considera-se equivalente a suspensão pneumática o tipo de suspensão definido no anexo ii da Diretiva 96/53/CE do Conselho, de 25 de julho de 1996, que fixa as dimensões máximas autorizadas no tráfego nacional e internacional e os pesos máximos autorizados no tráfego internacional para certos veículos rodoviários em circulação na Comunidade. (Redação da Lei nº 71/2018, de 31 de dezembro)

3 - Na determinação da base tributável do imposto incidente sobre os veículos das categorias C e D que sejam veículos articulados, constituídos por tractor e semi-reboque, ou conjuntos formados por veículo automóvel e reboque, cujo peso bruto, excluindo o rebocável, seja igual ou superior a 12 toneladas, valem as seguintes regras:

Código do Imposto Único de Circulação

- a) O peso bruto corresponde ao peso bruto máximo que o automóvel está autorizado a deslocar;
- b) O número de eixos corresponde ao número de eixos do automóvel ou tractor somado ao número de eixos do veículo rebocado;
- c) O tipo de suspensão corresponde ao dos eixos motores.

4 - Para efeitos do disposto na alínea b) do número anterior, no caso de ao mesmo veículo automóvel ou ao tractor virem a ser acoplados, alternadamente, diferentes reboques ou semi-reboques, presume-se que ao reboque correspondem dois eixos e que ao semi-reboque correspondem dois eixos se o peso bruto máximo, a que se refere a alínea a) do nº 3, for igual ou inferior a 36 toneladas, e três eixos se aquele peso bruto for superior a 36 toneladas.

5 - Quando, para efeitos de determinação da base tributável dos veículos da categoria F, haja que proceder à conversão de unidades de potência, as fórmulas a empregar são as seguintes:

1 kW = 1,359 cv
1 kW = 1,341 HP
1 HP = 0,7457 kW

6 - Nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira os valores das emissões de dióxido de carbono a considerar para efeitos de determinação do IUC, são os mesmos que foram utilizados para efeitos do cálculo do ISV.

7 - Quando estejam em causa veículos movidos por motores Wankel, a cilindrada a que se refere o nº 1 é apurada nos termos do nº 5 do artigo 7º do Código do Imposto sobre Veículos. (Aditado pela Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro)

8 - O sujeito passivo comunica os elementos previstos na alínea b) do n.º 3 à Autoridade Tributária e Aduaneira, através do portal das finanças, até ao último dia do mês de fevereiro. (Redação do Decreto-Lei n.º 161/2026, de 4 de agosto)

Artigo 8º **Taxas - regras gerais**

- 1 - As taxas do imposto são as que estiverem em vigor no momento em que ele se torna exigível.
- 2 - Quando a um veículo tributável sejam aplicáveis taxas diferentes de imposto em virtude das suas características ou utilização, prevalecem as taxas mais elevadas.
- 3 - As taxas constantes do presente código devem ser actualizadas todos os anos em função do índice de preços no consumidor.

Artigo 9º **Taxas - categoria A**

As taxas aplicáveis aos veículos da categoria A são as seguintes:

Código do Imposto Único de Circulação

Combustível utilizado		Eletricidade Voltagem Total	Imposto anual segundo o ano da matrícula (em euros)		
Gasolina cilindrada (cm³)	Outros produtos cilindrada (cm³)		Posterior a 1995	De 1990 a 1995	De 1981 a 1989
Até 1 000	Até 1 500	Até 100	19,90	12,55	8,80
Mais de 1 000 até 1 300	Mais de 1 500 até 2 000	Mais de 100	39,95	22,45	12,55
Mais de 1 300 até 1 750	Mais de 2 000 até 3 000		62,40	34,87	17,49
Mais de 1 750 até 2 600	Mais de 3 000		158,31	83,49	36,09
Mais de 2 600 até 3 500			287,49	156,54	79,72
Mais de 3 500			512,23	263,11	120,90

(Redação da Lei n.º 82/2023, de 29 de dezembro)

Artigo 10º Taxas - categoria B

1 - As taxas aplicáveis aos veículos da categoria B são as seguintes:

Escalação de cilindrada (em centímetros cúbicos)	Taxas (em euros)	Escalação de CO ₂ (em gramas por quilómetro)		Taxas (em euros)
		NEDC	WLTP	
Até 1 250	31,77	Até 120	Até 140	65,15
Mais de 1 250 até 1 750	63,74	Mais de 120 até 180	Mais de 140 até 205	97,63
Mais de 1 750 até 2 500	127,35	Mais de 180 até 250	Mais de 205 até 260	212,04
Mais de 2 500	435,84	Mais de 250	Mais de 260	363,25

(Redação da Lei n.º 82/2023, de 29 de dezembro)

2 - Aos veículos da categoria B cuja data da primeira matrícula no território nacional ou num Estado-Membro da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu seja posterior a 1 de janeiro de 2017, aplicam-se as seguintes taxas adicionais: (*) (Redação da Lei n.º 119/2019, de 18 de setembro)

Escalação de CO ₂ (em gramas por quilómetro)		Taxas (em euros)
NEDC	WLTP	
Mais de 180 até 250	Mais de 205 até 260	31,77
Mais de 250	Mais de 260	63,74

(Redação da Lei n.º 82/2023, de 29 de dezembro)

3 - Na determinação do valor total do IUC, devem multiplicar-se à coleta obtida a partir das tabelas previstas nos números anteriores os seguintes coeficientes, em função do ano da primeira matrícula do veículo em território nacional ou num Estado-Membro da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu: (*) (Redação da Lei n.º 119/2019, de 18 de setembro)

Ano Aq Cat B	Coeficiente
2007	1,00
2008	1,05
2009	1,10
2010 e seguintes	1,15

(Redação da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro; anterior n.º 2)

Nota 1:

Durante o ano de 2019, para efeitos do artigo 10.º do Código do IUC, bem como para a aferição dos limites de CO₂ fixados no artigo 5.º do referido Código, as emissões de dióxido de carbono relativas ao «Procedimento Global de Testes Harmonizados de Veículos Ligeiros» (Worldwide Harmonized Light Vehicle Test Procedure - WLTP), referido

Código do Imposto Único de Circulação

na alínea b) do n.º 1 do artigo 7.º do Código do IUC, constantes do certificado de conformidade e mencionadas na declaração aduaneira de veículo, são reduzidas de acordo com as percentagens constantes da tabela seguinte. (Redação do artigo n.º 290 - Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro)

Escalão de CO ₂ (gramas por quilómetro)	Redução percentual a aplicar às emissões de CO ₂ — WLTP
Até 120	21 %
Mais de 120 até 180	15 %
Mais de 180 até 250	12 %
Mais de 250	5 %

Nota 2 :(*) Produz efeito a 1 de janeiro de 2020, nos termos da al. b) do n.º 2 do art.º 26º da Lei n.º 119/2019 de 18/09

Artigo 11º Taxas - categoria C

As taxas aplicáveis aos veículos da categoria C são as seguintes:

Veículos de peso bruto inferior a 12 t

Escalões de peso bruto (em quilogramas)	Taxas anuais (em euros)
Até 2 500	35,15
De 2 501 a 3 500	58,21
De 3 501 a 7 500	139,47
De 7 501 a 11 999	226,24

(Redação da Lei n.º 82/2023, de 29 de dezembro)

Veículos a motor de peso bruto igual ou superior a 12 t

Escalões de peso bruto (em toneladas)	Ano da 1.ª matrícula									
	Até 1990 (inclusive)		Entre 1991 e 1999		Entre 1994 e 1996		Entre 1997 e 1999		2000 e após	
	Com suspensão pneumática ou equivalente	Com outro tipo de suspensão	Com suspensão pneumática ou equivalente	Com outro tipo de suspensão	Com suspensão pneumática ou equivalente	Com outro tipo de suspensão	Com suspensão pneumática ou equivalente	Com outro tipo de suspensão	Com suspensão pneumática ou equivalente	Com outro tipo de suspensão
	Taxas anuais (em euros)		Taxas anuais (em euros)		Taxas anuais (em euros)		Taxas anuais (em euros)		Taxas anuais (em euros)	
2 Eixos:										
12 000	246	263	226	238	215	225	208	215	206	213
12 001 a 12 999	348	410	323	379	310	362	297	349	294	347
13 000 a 14 999	351	416	325	385	313	366	300	353	298	351
15 000 a 17 999	392	435	363	407	348	389	332	371	330	368
≥ 18 000	497	554	480	512	440	490	425	469	422	463
3 Eixos:										
< 15 000	246	348	226	322	215	309	207	297	206	294
15 000 a 16 999	345	390	320	360	306	347	293	330	291	327
17 000 a 17 999	345	398	320	368	306	352	293	339	291	335
18 000 a 18 999	448	484	417	458	398	438	380	423	376	419
19 000 a 20 999	449	494	419	458	400	443	383	423	379	424
21 000 a 22 999	451	501	420	462	403	499	385	426	380	473
≥ 23 000	504	561	487	523	449	499	429	476	427	473
≥ 4 Eixos:										
< 23 000	346	387	321	358	306	345	294	327	291	325
23 000 a 24 999	435	491	407	456	389	435	371	420	368	417
25 000 a 25 999	448	494	417	458	398	438	380	423	376	419
26 000 a 26 999	821	930	764	865	728	825	699	791	694	783
27 000 a 28 999	831	952	773	865	738	846	711	814	704	806
≥ 29 000	856	965	793	897	758	859	728	824	722	819

(Redação da Lei n.º 82/2023, de 29 de dezembro)

Código do Imposto Único de Circulação

Veículos articulados e conjuntos de veículos

Escalação de peso bruto (em quilogramas)	Ano da 1.ª matrícula									
	Até 1990 (inclusive)		Entre 1991 e 1993		Entre 1994 e 1996		Entre 1997 e 1999		2000 e após	
	Com suspensão pneumática ou equivalente	Com outro tipo de suspensão	Com suspensão pneumática ou equivalente	Com outro tipo de suspensão	Com suspensão pneumática ou equivalente	Com outro tipo de suspensão	Com suspensão pneumática ou equivalente	Com outro tipo de suspensão	Com suspensão pneumática ou equivalente	
	Taxas anuais (em euros)		Taxas anuais (em euros)		Taxas anuais (em euros)		Taxas anuais (em euros)		Taxas anuais (em euros)	
2+1 EIXOS:										
12000	244	246	225	228	214	217	207	208	205	
12001 a 17999	338	416	317	385	304	365	293	352	291	
18000 a 24999	448	527	420	490	403	486	389	450	384	
25000 a 29999	483	539	454	503	433	477	420	459	418	
>= 30000	900	992	846	922	807	880	777	845	773	
2+2 EIXOS:										
< 23000	332	383	315	355	300	338	290	325	289	
23000 a 25999	430	487	406	454	385	433	372	418	370	
26000 a 30999	822	936	770	872	733	831	712	799	705	
31000 a 32999	887	961	832	893	793	856	769	821	764	
>= 33000	945	1140	887	1082	847	1012	821	973	814	
2+3 EIXOS:										
< 36000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
36000 a 37999	836	942	782	876	749	836	725	804	719	
38000 a 37999	924	1001	867	938	828	895	800	867	792	
>= 38000	957	1127	895	1059	858	1008	829	978	823	
3+2 EIXOS:										
< 36000	829	915	777	850	744	814	719	778	714	
36000 a 37999	850	968	789	900	764	861	734	825	729	
38000 a 39999	852	1031	800	957	765	914	738	877	730	
>= 40000	992	1275	931	1195	867	1132	861	1088	853	
3+3 EIXOS:										
< 36000	775	919	728	856	695	815	672	781	665	
36000 a 37999	914	1015	859	944	820	913	791	866	783	
38000 a 39999	924	1034	866	959	827	917	799	880	791	
>= 40000	944	1049	884	978	846	931	820	890	811	

(Redação da Declaração de Retificação n.º 10/2024, de 12 de fevereiro)

Artigo 12º
Taxas - categoria D

As taxas aplicáveis aos veículos da categoria D são as seguintes:

Veículos de peso bruto inferior a 12 t

Escalaões de peso bruto (em quilogramas)	Taxas anuais (em euros)
Até 2 500	9,25
De 2 501 a 3 500	15,77
De 3 501 a 7 500	35,88
De 7 501 a 11 999	59,80

(Redação da Lei n.º 82/2023, de 29 de dezembro)

Código do Imposto Único de Circulação

Veículos a motor de peso bruto igual ou superior a 12 t

Escalões de peso bruto (em quilogramas)	Ano da 1.ª matrícula									
	Até 1990 (inclusive)		Entre 1991 e 1993		Entre 1994 e 1996		Entre 1997 e 1999		2000 e após	
	Com suspensão pneumática ou equivalente	Com outro tipo de suspensão	Com suspensão pneumática ou equivalente	Com outro tipo de suspensão	Com suspensão pneumática ou equivalente	Com outro tipo de suspensão	Com suspensão pneumática ou equivalente	Com outro tipo de suspensão	Com suspensão pneumática ou equivalente	Com outro tipo de suspensão
	Taxas anuais (em euros)		Taxas anuais (em euros)		Taxas anuais (em euros)		Taxas anuais (em euros)		Taxas anuais (em euros)	
2 Eixos:										
12 000	71	73	66	69	62	66	60	61	59	61
De 12 001 a 12 999	81	106	77	100	74	96	72	93	71	92
De 13 000 a 14 999	82	107	78	101	75	97	73	93	72	92
De 15 000 a 17 999	102	148	96	137	92	132	87	128	86	127
≥ 18 000	119	185	111	175	107	167	103	161	102	159
3 Eixos:										
< 15 000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
De 15 000 a 16 999	70	83	65	78	61	76	59	73	59	73
De 16 000 a 16 999	82	106	78	101	75	97	73	95	72	93
De 17 000 a 17 999	82	106	78	101	75	97	73	95	72	93
De 18 000 a 18 999	100	142	95	133	88	128	86	123	85	122
De 19 000 a 20 999	100	142	95	133	88	128	86	123	86	122
De 21 000 a 22 999	101	152	96	142	91	135	86	131	86	130
≥ 23 000	151	188	142	178	135	170	131	163	130	162
≥ 4 Eixos										
< 23 000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
De 23 000 a 24 999	82	106	78	100	75	73	73	92	72	92
De 25 000 a 24 999	117	140	109	132	104	127	102	122	101	122
De 25 000 a 25 999	133	155	126	145	119	137	116	134	115	133
De 26 000 a 26 999	216	271	204	252	193	243	186	234	185	233
De 27 000 a 28 999	217	271	205	255	194	243	187	235	186	233
≥ 29 000	345	364	329	343	319	327	312	317	310	314

(Redação da Lei n.º 82/2023, de 29 de dezembro)

Veículos articulados e conjuntos de veículos

Escalões de peso bruto (em quilogramas)	Ano da 1.ª matrícula									
	Até 1990 (inclusive)		Entre 1991 e 1993		Entre 1994 e 1996		Entre 1997 e 1999		2000 e após	
	Com suspensão pneumática ou equivalente	Com outro tipo de suspensão	Com suspensão pneumática ou equivalente	Com outro tipo de suspensão	Com suspensão pneumática ou equivalente	Com outro tipo de suspensão	Com suspensão pneumática ou equivalente	Com outro tipo de suspensão	Com suspensão pneumática ou equivalente	Com outro tipo de suspensão
	Taxas anuais (em euros)		Taxas anuais (em euros)		Taxas anuais (em euros)		Taxas anuais (em euros)		Taxas anuais (em euros)	
2 + 1 Eixos:										
12 000	70	70	65	65	61	61	59	59	59	59
De 12 001 a 17 999	81	106	77	98	74	96	72	92	71	91
De 18 000 a 24 999	106	136	100	130	92	125	92	121	92	119
De 25 000 a 25 999	133	197	126	164	116	176	116	171	115	169
≥ 26 000	203	270	188	252	175	241	175	234	173	232
2 + 2 Eixos:										
< 23 000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
De 23 000 a 24 999	81	106	77	99	74	96	72	92	71	91
De 25 000 a 24 999	100	132	95	125	88	118	85	115	84	114
De 25 000 a 25 999	116	139	108	131	104	126	101	122	100	121
De 26 000 a 28 999	167	233	156	218	149	209	144	203	143	202
De 29 000 a 30 999	200	266	186	249	179	238	173	230	172	228
De 31 000 a 32 999	236	313	221	294	212	279	206	271	204	269
≥ 33 000	315	366	295	345	282	328	272	318	270	316
2 + 3 Eixos:										
< 35 000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
De 36 000 a 37 999	232	265	217	249	207	237	202	229	199	228
De 38 000 a 37 999	247	348	233	326	221	312	214	301	212	299
≥ 38 000	341	377	320	353	306	338	296	326	293	324
3 + 2 Eixos:										
< 35 000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
De 36 000 a 37 999	196	228	183	215	178	206	170	198	169	197
De 38 000 a 37 999	235	307	220	268	211	275	205	265	204	263
De 38 000 a 39 999	306	360	290	340	276	324	268	314	264	311
≥ 40 000	427	498	400	466	382	446	370	430	368	427
≥ 3 + 3 Eixos:										
< 35 000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
De 36 000 a 37 999	163	212	153	200	146	190	142	183	140	182
De 38 000 a 37 999	214	265	203	249	192	238	185	230	184	228
De 38 000 a 39 999	249	270	235	261	223	241	217	233	215	232
≥ 40 000	257	383	241	342	229	326	222	316	220	313

(Redação da Lei n.º 82/2023, de 29 de dezembro)

Código do Imposto Único de Circulação

Artigo 13º Taxas - categoria E

As taxas aplicáveis aos veículos da categoria E são as seguintes

Escalação de cilindrada (em centímetros cúbicos)	Taxa anual em euros (segundo o ano da matrícula do veículo)	
	Posterior a 1996	Entre 1992 e 1996
De 120 até 250	6,19	0,00
Mais de 250 até 350	8,76	6,19
Mais de 350 até 500	21,18	12,53
Mais de 500 até 750	63,62	37,47
Mais de 750	138,15	67,76

(Redação da Lei n.º 82/2023, de 29 de dezembro)

Artigo 14º Taxas - categoria F

A taxa aplicável aos veículos da categoria F é de € 2,95/kW. (Redação da Lei n.º 82/2023, de 29 de dezembro)

Artigo 15º Taxas - categoria G

A taxa aplicável aos veículos da categoria G é de € 0,75/ kg, tendo o imposto o limite de € 13 705,25. (Redação da Lei n.º 82/2023, de 29 de dezembro)

Última atualização: Declaração de Retificação n.º 10/2024, de 12 de fevereiro

Capítulo II Liquidação e pagamento

Artigo 16º Liquidação

1 - A competência para a liquidação do imposto é da Autoridade Tributária e Aduaneira, considerando-se, para todos os efeitos legais, o ato tributário praticado no serviço de finanças da residência ou sede do sujeito passivo (Redação da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro)

2 (*) - O imposto é liquidado anualmente, relativamente a cada sujeito passivo, integrando todos os veículos matriculados ou registados a 1 de janeiro.

3(*) - A liquidação do imposto referida no número anterior é obtida pelo próprio sujeito passivo através do portal das finanças, nas condições de registo e acesso às declarações eletrónicas.

4(*) - No ano da matrícula ou registo do veículo em território nacional, a liquidação do imposto é obtida por solicitação do sujeito passivo através do portal das finanças, nas condições de registo e acesso às declarações eletrónicas.

5(*) - [Revogado.]

6(*) - A liquidação do imposto pode ainda ser obtida em qualquer serviço de finanças, por solicitação do sujeito passivo que não esteja abrangido pelas notificações eletrónicas previstas no artigo 38.º-A do Código de Procedimento e de Processo Tributário nem pela obrigação prevista no n.º 12 do artigo 19.º da Lei Geral Tributária.

7(*) - A liquidação do imposto é obtida em qualquer serviço de finanças sempre que se verifique alguma das seguintes circunstâncias:

- a) Os veículos tributáveis não se encontrem matriculados no território nacional, bem como nos casos previstos nos n.os 5 e 7 do artigo 17.º;
- b) Exista erro de identificação ou omissão de veículo tributável na base de dados, que não permita à Autoridade Tributária e Aduaneira efetuar a respetiva liquidação.

8(*) - O sujeito passivo comprova, até ao último dia do mês de fevereiro, junto da Autoridade Tributária e Aduaneira, os pressupostos das isenções de que beneficie, com exceção das seguintes:

- a) As relativas a veículos da administração central, regional, local e das forças militares e de segurança, previstas na alínea a) do n.º 1 do artigo 5.º;
- b) As relativas aos veículos previstos na alínea b) do n.º 1 do artigo 5.º;
- c) As relativas a veículos não motorizados, exclusivamente elétricos ou movidos a energias renováveis não combustíveis, veículos especiais de mercadorias sem capacidade de transporte, ambulâncias, veículos funerários e tratores agrícolas, previstas na alínea e) do n.º 1 do artigo 5.º;
- d) As relativas aos veículos previstos nas alíneas f), g) e i) do n.º 1 do artigo 5.º, quando os pressupostos tenham sido previamente comunicados pelo organismo público responsável;

Código do Imposto Único de Circulação

- e) As previstas na alínea a) do n.º 2 do artigo 5.º, salvo no primeiro ano em que o sujeito passivo requeira o benefício ou quando opte por usufruir do benefício relativamente a outro veículo;
- f) As previstas na alínea b) do n.º 2 do artigo 5.º

9(*) - A liquidação referida no n.º 2 abrange somente os veículos de cuja informação a Autoridade Tributária e Aduaneira disponha até ao último dia de fevereiro de cada ano.

10 (*) - No momento da liquidação do imposto, é emitido documento único de cobrança que, certificado pelos meios em uso na rede da cobrança, comprova o bom pagamento do imposto.

11(*) - Não é devido pagamento nem há lugar a qualquer cobrança sempre que o montante do imposto liquidado seja inferior a (euro) 10. [Anterior n.º 6.]

(*) - (Redação do Decreto-Lei n.º 161/2026, de 4 de agosto)- (produção de efeitos a partir de 1 de janeiro de 2027, nos termos do art.º 7.º do Decreto-Lei n.º 161/2026, de 4 de agosto)

Artigo 17º **Prazo para liquidação e pagamento**

1(*) - No ano da matrícula ou registo do veículo em território nacional, o imposto é liquidado e pago pelo sujeito passivo no prazo de 30 dias a contar do termo do prazo legalmente previsto para o respetivo registo.

2(*) - Nos anos subsequentes, a liquidação do imposto é efetuada até ao último dia do mês de abril.

3(*) - O pagamento é efetuado nos seguintes termos, tendo por referência o montante global da liquidação anual do imposto por sujeito passivo:

- a) Numa única prestação, no mês de abril, quando o montante seja igual ou inferior a 100 €;
- b) Em duas prestações, nos meses de abril e outubro, quando o montante seja superior a 100 € e igual ou inferior a 500 €;
- c) Em três prestações, nos meses de abril, julho e outubro, quando o montante seja superior a 500 €.

4(*) - Nos casos previstos nas alíneas b) e c) do número anterior, o imposto pode ser pago numa única prestação até ao último dia do mês de abril.

5(*) - Os documentos únicos de cobrança relativos às segunda e terceira prestações são obtidos pelo sujeito passivo no portal das finanças.

6(*) - Na reativação de matrícula cancelada o imposto deve ser liquidado e pago no prazo de 30 dias a contar da data da reativação.

7(*) - Nas situações a que se refere o n.º 2 do artigo 6.º, o imposto deve ser liquidado e pago pelo sujeito passivo no prazo de 30 dias a contar do termo do período nele previsto.

8(*) - Nas situações previstas no n.º 4 do artigo 6.º, o imposto deve ser liquidado e pago pelo sujeito passivo no prazo de 30 dias a contar da alteração.

9(*)- O não pagamento de uma prestação nos prazos estabelecidos no n.º 3 implica o vencimento imediato das restantes.

(*) - (Redação do Decreto-Lei n.º 161/2026, de 4 de agosto)- (produção de efeitos a partir de 1 de janeiro de 2027, nos termos do art.º 7.º do Decreto-Lei n.º 161/2026, de 4 de agosto)

Artigo 17º-A **Efeitos fiscais da regularização da propriedade**

Sem prejuízo do disposto no artigo 3º, a alteração da titularidade do direito de propriedade efetuada ao abrigo do procedimento especial para registo de propriedade de veículos adquirida por contrato verbal de compra e venda releva para efeitos de imposto único de circulação, desde a data da transmissão, quando aquele pedido for apresentado pelo vendedor no prazo de um ano após o decurso do prazo para cumprimento do registo obrigatório referido no artigo 2º daquele procedimento especial (Aditado pela Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro)

Artigo 18º **Liquidação oficiosa**

1 - Na ausência de registo de propriedade do veículo efetuado dentro do prazo legal, o imposto devido é liquidado e exigido: (Redação da Lei n.º 119/2019, de 18 de setembro)

a) Ao sujeito passivo do imposto sobre veículos com base na declaração aduaneira do veículo em que assenta a liquidação desse imposto, ainda que não seja devido; (Redação da Lei n.º 119/2019, de 18 de setembro)

b) Ao que seria sujeito passivo do imposto sobre veículos com base na declaração aduaneira de veículo entregue nos termos do n.º 3 do artigo 17.º do CISV, quando se trate de veículos excluídos daquele imposto. (Redação da Lei n.º 119/2019, de 18 de setembro)

2 - Na falta ou atraso de liquidação imputável ao sujeito passivo, ou no caso de erro, omissão, falta ou qualquer outra irregularidade que prejudique a cobrança do imposto, a Autoridade Tributária e Aduaneira procede à liquidação oficiosa com base nos elementos de que disponha, notificando o sujeito passivo para, no prazo de 10 dias úteis, proceder ao respetivo pagamento. (Redação da Lei n.º 119/2019, de 18 de setembro)

3 - Findo o prazo referido no número anterior sem que esteja efectuado o pagamento do imposto, é extraída a correspondente certidão de dívida

4 - Não há lugar a qualquer anulação sempre que o montante do imposto a restituir seja inferior a (euro) 10 (Aditado pela Lei nº 55-A/2010, de 31 de dezembro)

Artigo 18º-A **Revisão oficiosa da liquidação**

(Aditado pelo Decreto-Lei n.º 41/2016, de 01 de agosto)

1 - Sem prejuízo do disposto no artigo 78º da lei geral tributária, as liquidações são oficiosamente revistas quando ocorra erro imputável às entidades competentes para a manutenção, conservação e atualização das matrículas dos veículos a que se refere o artigo 2º. (Anterior corpo do artigo - Redação da Lei n.º 119/2019, de 18 de setembro)

2 - São também oficiosamente revistas as liquidações, quando ocorram inexatidões ou erros materiais manifestos, imputáveis às entidades competentes para o registo. (Aditado pela Lei n.º 119/2019, de 18 de setembro)

Código do Imposto Único de Circulação

Capítulo III **Obrigações acessórias, fiscalização e regime contra-ordenacional**

Artigo 19º **Obrigações específicas dos locadores de veículos**

(Revogado pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março)

Artigo 20º **Competência para a fiscalização**

1 - O cumprimento das obrigações impostas por este código é fiscalizado por todas as autoridades com competência para o efeito, designadamente pela Autoridade Tributária e Aduaneira, pelo Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, I. P., pela Guarda Nacional Republicana, pela Polícia de Segurança Pública, pelos municípios, pelas conservatórias do registo automóvel, pelas capitania dos portos e pela Polícia Marítima, bem como pelos serviços privativos de estradas e aeroportos. (Redação do Decreto-Lei n.º 161/2026, de 4 de agosto)- (produção de efeitos a partir de 1 de janeiro de 2027, nos termos do art.º 7.º do Decreto-Lei n.º 161/2026, de 4 de agosto)

2 - A autoridade ou agente da autoridade que verifique qualquer infracção ao presente código, e quando para tal tenha competência, deve levantar auto de notícia e remetê-lo ao serviço de finanças da área onde foi cometida a infracção, para que o mesmo proceda à instauração do correspondente processo.

3 - O funcionário que no exercício ou por causa do exercício das suas funções tenha conhecimento de qualquer infracção ao presente código e que não seja competente para levantar auto de notícia deve participá-la ao serviço de finanças da área onde foi cometida a infracção, para que o mesmo proceda à instauração do correspondente processo .

4 - As infracções ao presente código consideram-se praticadas na área do serviço de finanças do domicílio ou sede do infractor.

Artigo 21º **Falta de entrega da prestação tributária**

A falta de entrega, total ou parcial, do imposto único de circulação que seja devido nos termos do presente código, quando não consubstancie crime, é punível nos termos previstos pelo artigo 114º do Regime Geral das Infracções Tributárias, aprovado pela Lei nº 15/2001, de 5 de Junho.

Artigo 22º **Apreensão e imobilização do veículo**

1 - Autuadas as infracções a que se refere o artigo anterior, há lugar à apreensão ou imobilização imediata do veículo, bem como à apreensão dos documentos que titulam a respectiva circulação, até ao cumprimento das obrigações tributárias em falta.

2 - Sendo impossível a apreensão ou imobilização imediata do veículo, o agente ou funcionário que apure a infracção deve mencionar tal facto no auto de notícia ou na participação, devendo o chefe do serviço de finanças competente promover imediatamente as diligências para a apreensão, junto das autoridades policiais ou de aviação civil.

3 - Para satisfação do imposto e das coimas resultantes da violação ao disposto no presente código, bem como das despesas de remoção e armazenagem do veículo, a Fazenda Pública

Código do Imposto Único de Circulação

goza de privilégio mobiliário especial sobre o veículo tributável, salvo se a transmissão se tiver concretizado por venda judicial ou extrajudicial em processo a que o Estado deva ser chamado a deduzir os seus direitos .

4 - Verificada a apreensão da documentação, deve a mesma ser apresentada juntamente com o auto de notícia no serviço de finanças competente, comunicando este a ocorrência de imediato ao Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, IP, ou aos serviços competentes em matéria de transportes terrestres, no caso das regiões autónomas.

5 - Efectuado o pagamento da coima, cessam os efeitos da apreensão, cabendo ao serviço de finanças competente a devolução da documentação apreendida e comunicar o facto ao Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, I P, ou aos serviços competentes em matéria de transportes terrestres, no caso das regiões autónomas.

Artigo 23º **Pagamento imediato do imposto**

1 - É facultado ao infractor o pagamento do imposto em falta e da respectiva coima no acto da verificação da infracção, mediante a emissão de recibo provisório.

2 - O auto de notícia, bem como o duplicado do recibo provisório e a respectiva importância, são enviados pelo autuante, no prazo de três dias, ao serviço de finanças competente, para efeitos de instrução do processo de contra-ordenação .

3 - Quando se mostre conveniente, pode o autuante, no mesmo prazo, fazer a apresentação da documentação e meios de pagamento em qualquer serviço de finanças, que os remete de imediato ao serviço de finanças competente .

4 - Efectuado o pagamento a que se referem os números anteriores, o chefe do serviço de finanças procede de imediato à sua arrecadação, enviando os documentos e comprovativo do pagamento para o serviço de finanças competente.

5 - O serviço de finanças competente para a instauração do processo de contra-ordenação deve entregar ao proprietário do veículo um comprovativo do pagamento, mediante a apresentação de declaração por parte do sujeito passivo e devolução do recibo provisório.

Artigo 24º **Cancelamento da matrícula**

(Aditado pelo Decreto-Lei n.º 41/2016, de 01 de agosto)

Sem prejuízo do disposto no Código da Estrada, há lugar ao cancelamento da matrícula, que é solicitado pela Autoridade Tributária e Aduaneira à entidade competente, nos seguintes casos:

- a) Veículos registados em nome de pessoas coletivas extintas;
- b) Veículos registados em nome de sujeitos passivos que tenham falecido e não sejam conhecidos quaisquer herdeiros ou legatários, ou todos os herdeiros conhecidos tenham repudiado a herança;
- c) Veículos com registo efetuado nos termos das alíneas b), d) e e) do n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 54/75, de 12 de fevereiro e o sujeito passivo se encontre numa das situações previstas nas alíneas anteriores; (Redação do Decreto-Lei n.º 161/2026, de 4 de agosto)-
(produção de efeitos a partir de 1 de janeiro de 2027, nos termos do art.º 7.º do Decreto-Lei n.º 161/2026, de 4 de agosto)

Código do Imposto Único de Circulação

d) Quando os veículos tenham sido definitivamente exportados e relativamente aos quais tenha sido emitida certificação de saída após entrega de uma declaração aduaneira de exportação eletrónica. (Redação do Decreto-Lei n.º 161/2026, de 4 de agosto)- (produção de efeitos a partir de 1 de janeiro de 2027, nos termos do art.º 7.º do Decreto-Lei n.º 161/2026, de 4 de agosto)

Capítulo IV Garantias

(Aditado pelo Decreto-Lei n.º 161/2026, de 4 de agosto)- (produção de efeitos a partir de 1 de janeiro de 2027, nos termos do art.º 7.º do Decreto-Lei n.º 161/2026, de 4 de agosto)

Artigo 25º Garantias

(Aditado pelo Decreto-Lei n.º 161/2026, de 4 de agosto)
(produção de efeitos a partir de 1 de janeiro de 2027, nos termos do art.º 7.º do Decreto-Lei n.º 161/2026, de 4 de agosto)

1 - Os sujeitos passivos podem recorrer aos meios de garantia previstos na lei geral tributária e no Código de Procedimento e de Processo Tributário.

2 - Os prazos de reclamação e impugnação contam-se a partir do termo do prazo para pagamento voluntário da primeira ou da única prestação do imposto.

Código do Imposto Único de Circulação

Nota - 1: Artigo 216º da Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro - Adicional em sede de imposto único de circulação

1 - Sobre os veículos a gasóleo enquadráveis nas categorias A e B do IUC, previstas nas alíneas a) e b) do nº 1 do artigo 2º do Código do IUC, aprovado pela Lei nº 22-A/2007, de 29 de junho, incide um adicional de IUC com as seguintes taxas:

a) Veículos a gasóleo enquadráveis na categoria A:

Gasóleo Cilindrada (cm³)	Taxa adicional segundo o ano de matrícula (euros)		
	Posterior a 1995	De 1990 a 1995	De 1981 a 1989
Até 1.500	3,14	1,98	1,39
Mais de 1.500 até 2.000	6,31	3,55	1,98
Mais de 2.000 até 3.000	9,86	5,51	2,76
Mais de 3.000	25,01	13,19	5,70

b) Veículos a gasóleo enquadráveis na categoria B:

Gasóleo Cilindrada (cm³)	Taxa adicional (euros)
Até 1.250	5,02
Mais de 1.250 até 1.750	10,07
Mais de 1.750 até 2.500	20,12
Mais de 2.500	68,85

2 - As isenções, totais ou parciais, aplicáveis em sede de IUC são igualmente aplicáveis ao adicional previsto no presente artigo

3 - Aplicam-se ao adicional de IUC as regras de liquidação e pagamento previstas nos artigos 16º a 23º do Código do IUC

4 - A receita do adicional de IUC reverte integralmente para o Orçamento do Estado, nos termos dos artigos 10º-A, 10º-B e 88º da lei de enquadramento orçamental, aprovada pela Lei nº 91/2001, de 20 de agosto, alterada e republicada pela Lei nº 41/2014, de 10 de julho

5 - Às matérias não reguladas no presente artigo aplica-se o Código do IUC

Nota - 2 : Artigo 94.º da Lei n.º 73-A/2025, de 30 de dezembro - Adicional de imposto único de circulação

Mantém-se em vigor o adicional de imposto único de circulação (IUC) previsto no artigo 216.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, aplicável sobre os veículos a gasóleo enquadráveis nas categorias A e B previstos nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 2.º do Código do IUC, aprovado em anexo à Lei n.º 22-A/2007, de 29 de junho.

Nota – 3: Artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 161/2026, de 4 de agosto - Disposições transitórias

1 - Em 2027, o imposto é pago nos seguintes termos, em função do montante global da liquidação anual do imposto por sujeito passivo:

- a) Numa única prestação, no mês de outubro, quando o montante seja igual ou inferior a 500 €;
- b) Em duas prestações, nos meses de julho e outubro, nos restantes casos, sem prejuízo da opção pelo pagamento integral no mês de julho, aplicando-se, nesse caso, o disposto no n.º 8 do artigo 17.º do Código do IUC.

2 - Quando, em 2027, ocorra o cancelamento da matrícula de veículo das categorias A, B, C, D ou E antes da respetiva data de aniversário da matrícula, o sujeito passivo pode requerer a anulação da liquidação do IUC referente a esse mesmo ano, nos termos do n.º 4 do artigo 70.º do Código de Procedimento e de Processo Tributário.